

A burguesia no governo Lula*

ARMANDO BOITO JR.**

O debate sobre as relações da burguesia com o governo Lula tem permanecido num nível de generalidade que prejudica a análise e a intervenção política no Brasil atual.

Muitos intelectuais, socialistas e militantes do movimento operário e popular têm chamado a atenção para o fato de que tal governo logrou, graças à influência que ainda tem sobre parte do movimento sindical e dos movimentos populares, dar maior estabilidade à política burguesa e pró-imperialista no Brasil e implantar contra-reformas que dificilmente um governo como o de FHC conseguiria implantar. Ou seja, o governo Lula presta à burguesia um serviço que os partidos burgueses tradicionais talvez não lograssem prestar. Essa é, de fato, uma análise correta e fundamental. Porém, dizemos que ela é insuficiente porque se faz necessário discutir também as relações diferenciadas do governo Lula com as distintas frações da burguesia brasileira e internacional, de maneira a detectar quais interesses específicos desta ou daquela fração burguesa são priorizados, negligenciados ou preteridos pela atual política governamental.

Há diversas concepções teóricas no campo do pensamento crítico e socialista que não comportam essa espécie de debate e é justamente por isso que ele ainda está engatinhando no que respeita ao governo atual. Há aqueles que concebem a burguesia como uma classe homogênea, ou, melhor dizendo, uma classe sem fissuras minimamente estáveis que cheguem a configurar frações com interesses econômicos específicos e com presença diferenciada no plano político – esse é o caso de toda a tradição trotskysta. Há também a concepção, desenvolvida por

* Agradeço aos colegas do projeto integrado de pesquisa *Neoliberalismo e relações de classes no Brasil*, do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp, pelas sugestões e críticas apresentadas a uma versão inicial deste texto. Agradeço também os comentários de Duarte Pereira e dos integrantes do Cecac do Rio de Janeiro.

** Professor de Ciência Política da Unicamp.

Francisco de Oliveira, segundo a qual o processo político brasileiro viveria, desde o fim do modelo desenvolvimentista, uma situação prolongada de indeterminação de classe – as relações entre as classes sociais e suas frações e a atividade política teriam se dissolvido, tornando o processo político no Brasil “difuso e indeterminado”¹.

Nosso texto não polemizará diretamente com essas concepções, mas procurará apontar um outro caminho de análise, caminho que só podemos trilhar quando tomamos em consideração os conceitos de fração burguesa e de bloco no poder. Utilizando tais conceitos para analisar as relações da burguesia brasileira e internacional com o governo Lula, torna-se possível, segundo acreditamos, obter uma visão mais aprofundada e complexa da conjuntura atual e apontar elementos importantes para a definição de uma estratégia popular e socialista.

Considerando o problema dessa perspectiva, sustentamos que o governo Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder². Essa mudança aparece principalmente na política de exportação do governo, que tem propiciado saldos positivos crescentes na balança comercial do país. Note-se que se tratou de um deslocamento no interior do grande capital, o grupo das pequenas e médias empresas permanecendo na mesma posição subordinada que já ocupava ao longo da década de 1990.

Sabe-se que, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional teve como uma de suas conseqüências déficits crescentes na balança comercial. Cabe então perguntar: a) o fato de o governo estimular a exportação visando à obtenção de saldos crescentes na balança comercial atenta contra os interesses do grande capital financeiro nacional e internacional? e b) pode interessar ao movimento operário e popular aliar-se à grande burguesia interna? De nossa parte, pretendemos mostrar que a política de estímulo às exportações está subordinada aos interesses do grande capital financeiro e não atende aos interesses das classes populares. Ademais, as medidas de política econômica do governo Lula são uma ampliação de iniciativas que Fernando Henrique Cardoso começou a implementar no seu segundo man-

¹ Francisco de Oliveira, “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. Texto cedido pelo autor.

² O conceito de burguesia interna foi desenvolvido por Nicos Poulantzas para indicar a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições antiimperialistas. Nicos Poulantzas, *La crise des dictatures*. Paris, Seuil. 1976.

dato para contornar as dificuldades que o próprio modelo capitalista neoliberal vinha criando desde a grande crise cambial de 1999. Quando se fala em continuísmo do governo Lula, seria conveniente precisar que tal continuísmo refere-se mais ao segundo que ao primeiro governo FHC.

Na relação do governo Lula com a burguesia, dá-se algo semelhante àquilo que já constatamos quando examinamos a relação desse mesmo governo com os trabalhadores. Num ensaio que publiquei há quase dois anos na *Crítica Marxista* defendi a tese de que o governo Lula lograra ampliar o impacto popular do modelo neoliberal, praticando, melhor que FHC, a política do “novo populismo conservador” – um tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada lançando mão, para tanto, das políticas compensatórias e do discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como privilégios³. O que queremos dizer agora é que as mudanças introduzidas no interior do bloco no poder pelo governo Lula também reforçam a hegemonia do capitalismo neoliberal no Brasil. O resultado econômico dessas mudanças tem sido o de propiciar um novo lastro ao modelo capitalista neoliberal e o seu resultado político, o de ampliar o apoio da burguesia brasileira a esse modelo.

A hegemonia do grande capital financeiro

Convém iniciarmos por um rápido esclarecimento teórico.

No contexto da teoria marxista do Estado, o conceito de bloco no poder designa, como bem sabem os leitores da obra de Nicos Poulantzas, a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante⁴. Unidade da classe dominante, porque o conjunto dos capitalistas tem interesse em assegurar as condições gerais de reprodução do capitalismo e porque o Estado burguês zela por essas condições gerais, atendendo, portanto, indistintamente, os interesses comuns de todos os capitalistas – a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Porém, trata-se de uma unidade contraditória porque os capitalistas, para além de sua unidade geral, estão distribuídos, de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento e num país determinados, em setores economicamente diferenciados que poderão se constituir em frações de classe perseguindo interesses específicos – alguns elementos potenciais de divisão da burguesia em frações de classe são: as fases do ciclo de reprodução do capital (capital dinheiro,

³ Armando Boito Jr., “A hegemonia neoliberal no governo Lula”, *Crítica Marxista*, n. 17, segundo semestre de 2003, Rio de Janeiro, Editora Revan, p. 10-36.

⁴ Nicos Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero, 1968. Especialmente parte III, “Les traits fondamentaux de l’Etat capitaliste”, p. 199-273.

capital produtivo, capital comercial), o poderio econômico das empresas (grande capital, médio capital, capital monopolista), as relações variadas das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para a exportação). Devemos considerar essas distinções gerais, as eventuais distinções específicas referentes a uma determinada formação social, o processo político e a política econômica e social do Estado capitalista para explicar a formação de determinadas frações burguesas, perseguindo interesses distintos, em cada conjuntura⁵.

Como sempre insistiu Poulantzas, o Estado burguês, de um modo geral, organiza a dominação de classe da burguesia ao mesmo tempo em que organiza a hegemonia de uma determinada fração burguesa, isto é, organiza os interesses gerais da burguesia priorizando, ao mesmo tempo, os interesses específicos de uma determinada fração burguesa frente aos interesses das demais frações. O conflito em torno da política econômica não deve ser visto, portanto, como uma disputa sobre a política econômica “correta” e “adequada aos interesses nacionais”, mas sim como uma disputa política entre interesses contraditórios. Muitas vezes, a resistência de certos ramos e instituições subordinados do Estado à política econômica ditada pelo centro do poder é manifestação da resistência das frações subordinadas à fração hegemônica. O conceito de bloco no poder opera, então, com dois aspectos básicos: de um lado, a unidade contraditória da burguesia e, de outro lado, o papel ativo que o Estado desempenha na organização da dominação de classe da burguesia e da hegemonia de uma de suas frações.

Voltemos ao Brasil. Durante todo o período de vigência do modelo capitalista neoliberal, a política de Estado estabeleceu uma espécie de hierarquia entre os interesses da burguesia, configurando um bloco no poder neoliberal⁶. O primeiro elemento do modelo capitalista neoliberal, que consiste em desmontar os direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores durante o período desenvolvimentista, incorpora os interesses de toda a burguesia brasileira e do capital internacional aqui investido. Tal desmonte assegura a unidade política da burguesia em torno do modelo. As grandes empresas que afetam respeitar a legislação trabalhista também usufruem, mesmo que indiretamente através de seus

⁵ Francisco Pereira de Farias, “Sobre a questão das frações de classe dominante”, *Cadernos Cemarx*, número 1, Centro de Estudos Marxistas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004.

⁶ Antes de entrar na análise do bloco no poder no governo Lula, sou obrigado a retomar o que já escrevi em trabalho anterior sobre o bloco no poder no conjunto do período neoliberal. Ver Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, 2^a ed.. São Paulo, Editora Xamã, 2002. Capítulo I, item 4, “Neoliberalismo e bloco no poder”, pp. 49-76.

fornecedores e da prática da subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos custos que essa desregulamentação propicia; a mercadorização de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência também atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia – desenvolvem-se os negócios de uma fração burguesa que eu denomino nova burguesia de serviços, beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços básicos, e reduzem-se, ao mesmo tempo, gastos sociais tradicionais, atendendo à pressão do grande capital. O governo Lula está mantendo a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. Com efeito, o atual governo permite o desrespeito à legislação trabalhista graças à política de omissão da fiscalização do trabalho, mantém os trabalhadores sem política salarial de reposição das perdas, realizou uma nova contra-reforma da Previdência que apenas retirou direitos dos trabalhadores, aprovou uma nova Lei de Falência que, a partir de um certo montante, obriga a empresa em processo falimentar a priorizar o pagamento das dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores, apresentou um projeto de reforma universitária que consagra o sistema superior privado e lhe concede novas vantagens financeiras e legais e depositou no Congresso Nacional um projeto de reforma trabalhista e sindical que, ao mesmo tempo, mantém a estrutura sindical corporativa de Estado e flexibiliza o direito do trabalho.

Pois bem, se o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais garante a unidade política da burguesia em torno do programa neoliberal, os demais elementos do neoliberalismo têm-na dividido no plano dos interesses corporativos. É examinando essa divisão que podemos verificar quais interesses burgueses são priorizados e quais são negligenciados ou preteridos pela política neoliberal.

Um segundo elemento a ser considerado do modelo é a política de privatização. Esse elemento atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos, isto é, do conjunto do grande capital – nacional, estrangeiro, industrial e financeiro. A média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais. Menos de cem grandes grupos econômicos apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas “moedas podres”, financiamento subsidiado pelo BNDES, informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc. Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantim, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como o Itaú, Bradesco, Unibanco; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia,

da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas telefônicas, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. Essas empresas estão hoje entre as mais lucrativas do capitalismo brasileiro. O governo Lula herdou e manteve essa privatização, inclusive os contratos leoninos que asseguram alta lucratividade aos novos monopólios privados, e nem sequer cogitou de investigar os casos de corrupção mais rumorosos que envolveram a política de privatização. Além disso, as empresas que se dizem em dificuldades, como a Ferronorte, vêm recebendo ajuda financeira privilegiada do atual governo. Os projetos encaminhados pelo governo Lula de Parceria Público-Privadas para serviços públicos e infraestrutura e o projeto-lei de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) são as suas mais ambiciosas propostas de privatização. Serão os mesmos grandes grupos econômicos que monopolizarão o acesso à exploração dos serviços de infraestrutura com o privilégio de terem, conforme estabelece o projeto das PPPs, a lucratividade assegurada em lei – está prevista a suplementação de dinheiro público para os empreendimentos que não atingirem a “lucratividade esperada”; no caso da privatização do IRB, o presente é feito especificamente ao grande capital financeiro.

A política de privatização é um elemento do modelo neoliberal que tem aumentado o patrimônio e os lucros do grande capital privado, em detrimento do médio capital e ferindo os interesses da burguesia nacional de Estado, cuja participação no PIB brasileiro caiu muito ao longo das duas últimas décadas⁷.

Finalmente, no que diz respeito ao terceiro elemento que julgamos importante da política neoliberal, que é a abertura comercial e a desregulamentação financeira, nesse caso, até um setor importante do grande capital, o setor industrial, teve seus interesses negligenciados ou preteridos em proveito do grande capital financeiro nacional e internacional.

Para a análise do capital financeiro e do atual modelo de acumulação seguimos François Chesnais, para quem a forma dominante de capital hoje é o capital financeiro concebido como “(...) a fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro”⁸. O grande capital financeiro no Brasil é diversificado quanto à origem do capital, ao tipo de inserção no mercado brasileiro e à área de atuação. Temos, acima de tudo, os grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – que possuem rede de agências no Brasil – Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC, BankBoston e outros. Dados do final da década de 1990 apontavam que,

⁷ Entre 1989 e 1999, dentre as 40 maiores empresas operando no Brasil, o número de empresas estatais caiu de quatorze para apenas sete empresas. Eli Diniz e Renato Boschi, *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004, p. 69.

⁸ François Chesnais, *La mondialisation du capital*. Paris, Edição Syros. 1997. p.31.

num universo de 200 bancos funcionando então no Brasil, 25 deles detinham, sozinhos, mais de 80% do ativo total. O balanço dos lucros dos bancos no primeiro trimestre de 2005, mostrava que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário; se considerados os dez maiores, essa parcela subia para 83% do total dos lucros⁹. No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados e uma particularidade brasileira no quadro da América Latina é a importância dos grandes bancos nacionais, setor que, aliás, até meados da década de 1990 não apresentava investidores estrangeiros dignos de nota¹⁰. As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem terem rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e de longo prazo no país e os fundos de investimento e os fundos de pensão nacionais e estrangeiros. Os bancos de investimento ocupam uma posição importante, mas secundária. Segundo o já citado levantamento do Banco Central, enquanto os bancos comerciais lucraram 6,3 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2005, o lucro dos bancos de investimento não passou de 300 milhões de reais.

Esse conjunto de empresas e instituições centraliza capital dinheiro e poupança para lançá-los no “ciclo curto” de valorização do capital (D – D’). No Brasil e em outros países dependentes, esse capital funciona, em grande medida, como capital usurário e predador, o capital dinheiro portador de juro que se valoriza, a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista – posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimo consignado, a taxas ditas “populares”, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda etc.¹¹ Esse mesmo capital funciona, secundari-

⁹ O levantamento foi feito pelo Banco Central do Brasil num universo considerado de 106 instituições bancárias. Ver “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre”, *Folha de S. Paulo*, 04 de junho de 2005, p. B 9.

¹⁰ Não falamos de hegemonia do capital financeiro em geral mas, especificamente, em hegemonia do grande capital financeiro. Ao longo do período neoliberal muitos bancos de médio e pequeno porte foram à falência. De resto, os bancos de médio e pequeno porte organizaram uma associação própria, a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBCM), separada da Febraban e da Fenaban que representam os interesses dos grandes bancos. Ver Ary César Minella, “Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC”. In Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (orgs), *No fio da navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã. 1997.

¹¹ Entre setembro de 2004 e maio de 2005 os bancos tinham emprestado seis bilhões de reais a aposentados e pensionistas do INSS a juros que variavam de 1,9% a 3,55% ao mês – para uma inflação de 7% ao ano! Graças à legislação criada pelo governo Lula, o próprio INSS faz o desconto das parcelas do empréstimo. Para os assalariados da ativa foi criado algo semelhante, com juro no mesmo nível elevado e também com risco zero para o ban-

amente no caso do Brasil, como capital indiretamente ligado à produção, quando é capital dinheiro portador de juro por ter sido adiantado na forma de empréstimo ao capitalista ativo, ou capital dinheiro portador de dividendos, quando é utilizado na compra de ações no mercado bursátil¹².

Para que o grande capital financeiro possa valorizar-se com rapidez e a taxas elevadas alguns aspectos da política de Estado são, nas condições atuais e principalmente nos países dependentes, fundamentais: a) a integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais, isto é, a desregulamentação financeira que assegura a livre conversão das moedas e a livre circulação das aplicações em títulos públicos e em bolsas de valores; b) câmbio relativamente estável que permita a conversão e a reconversão das moedas sem sobressaltos ou prejuízo; c) pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada para assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos detidos, majoritariamente, pelas empresas que têm mais liquidez, isto é, pelo próprio capital financeiro. Os balanços dos grandes bancos privados brasileiros mostram que, ao longo dos últimos anos, a receita oriunda do recebimento de juros dos títulos da dívida pública representa quase 50% da receita total dessas instituições; d) liberdade para o capital financeiro cobrar o máximo possível pelo capital que cede emprestado a capitalistas e consumidores – *spread* liberado, variando, quando es-

queiro – o desconto das prestações devidas é feito na folha de pagamento. Trata-se de agiotagem oficial montada pelo governo Lula para os banqueiros extorquirem os trabalhadores. Os dados citados foram divulgados pela Dataprev e pelo Ministério da Previdência Social. Aparecem na reportagem “Crédito a aposentado cai e eleva a concorrência”, *Folha de S. Paulo*, 30 de maio de 2005, p. B 1.

¹² Embora o capital dinheiro mantenha-se sempre exterior à produção, ele funciona como capital que poderíamos denominar indiretamente produtivo quando é emprestado ao capitalista ativo que vai, este sim, convertê-lo em meios de produção e em força de trabalho para a geração de mais-valia. Nesse caso, o capital dinheiro apropria-se, sob a forma de juro, de parte da mais-valia à qual ele próprio forneceu as condições para que fosse produzida. O capital dinheiro funciona como capital usurário quando o tomador do empréstimo não é um capitalista ativo, isto é, quando a soma emprestada vai se converter em renda para financiamento da dívida pública, em consumo de assalariados ou aposentados etc..François Chesnais entende que o capital financeiro nos países dependentes funciona muito mais como capital usurário que como capital indiretamente ligado à produção. Ver os textos recentes de François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy, Isaac Johsua e Suzanne Brunhoff que serviram de base para o *Séminaire d'Études Marxistes* do primeiro semestre de 2005 na École des Hautes Études de Paris. Consultar www.jourdan.ens.fr/levy/sem05.htm. Marx analisa o capital de empréstimo, a sua relação de unidade e de oposição com o capital ativo, a independência e poder que ele adquire frente a esse último e a formação do capital usurário nos capítulos da quinta seção do Livro III de *O Capital*.

crevemos este texto, de 60 a 150% ao ano, para uma taxa básica de juros de 19,75% ao ano; e) ajuste fiscal que garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública – nos países europeus, déficit público limitado; nos latino-americanos, superávits primários. Sabemos que todos esses cinco elementos foram mantidos ou aprofundados durante o governo Lula.

A desregulamentação financeira está vinculada ao avanço recente da desnacionalização das economias dependentes como o Brasil e também à abertura comercial que foi promovida nesses países. De um lado, a compra e venda de ações ou mesmo a aquisição de empresas públicas e privadas é um dos terrenos para a valorização do capital financeiro internacional, e, de outro lado, os grandes grupos industrial-financeiros dos países dominantes, isto é, o capital financeiro internacional no sentido clássico de Hilferding, exigiu a abertura comercial da América Latina para aumentarem as suas exportações para essa região¹³. Como é sabido, a política neoliberal suprimiu o protecionismo dos mercados internos latino-americanos, protecionismo que fora a marca do modelo desenvolvimentista. Essa abertura, além de atender aos interesses do capital internacional, tem o objetivo de inibir, ao acuar a burguesia interna com a concorrência de produtos importados a preço menor, a remarcação de preços dos produtos industriais, contendo a inflação interna e contribuindo, assim, para a estabilidade interna da moeda e para a relativa estabilidade do câmbio. Essa política provocou, no primeiro governo FHC, sucessivos déficits na balança comercial, o que era “compensado” da maneira que melhor convinha aos interesses do capital financeiro: taxa básica de juros elevadíssima para atrair capital financeiro estrangeiro volátil em busca de valorização rápida e elevada, compensando com o ingresso desse capital de risco de curto prazo o desequilíbrio da balança comercial e das contas externas – claro que tal política poderia produzir mais à frente uma dívida pública e um desequilíbrio externo cada vez maiores.

A abertura comercial e a desregulamentação financeira atendem, portanto, aos interesses do grande capital financeiro, nacional e internacional, em detrimento mesmo da grande indústria interna. Esta perdeu o mercado cativo para seus produtos, passou a pagar muito mais caro pelo capital que toma emprestado para investimentos e sofreu a redução da parte da receita do Estado destinada à infraestrutura e ao fomento da produção.

Concluindo, todos os aspectos da política neoliberal – a desregulamentação, a privatização, a abertura comercial – atendem integralmente aos interesses de uma única fração da burguesia: o grande capital financeiro. As demais frações integrantes do bloco no poder – médio capital, grande capital industrial – têm

¹³ François Chesnais, *La mondialisation du capital*, op. cit., p. 310.

conflitos, maiores ou menores, com um ou mais desses elementos. O resultado prático da correspondência objetiva entre o modelo capitalista neoliberal e os interesses financeiros é a taxa de lucro superior do sistema financeiro frente à taxa de lucro do setor produtivo. Entre 1994 e 2003, segundo levantamento da ABM Consulting, o lucro dos dez maiores bancos brasileiros cresceu nada menos que 1.039%¹⁴. Durante o primeiro ano do governo Lula, os bancos voltaram a bater recordes de lucratividade. Alguns levantamentos feitos pela Economia e pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostraram que o investimento em fundos rendeu, no mesmo período, quatro vezes mais que o investimento nos setores produtivos, e sobre esses investimentos incidem menos impostos¹⁵. No decorrer do primeiro trimestre de 2005, o lucro dos bancos manteve a trajetória de alta – cresceu 52% em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento do lucro bancário parece associado à dinâmica de alta da taxa básica de juro. Com efeito, se comparamos o primeiro trimestre de 2005 com o primeiro de 2004, verificamos que, entre janeiro de março de 2005, quando a taxa Selic ascendeu de 17,75% para 19,25%, o item intermediação financeira, aí incluídas aplicações em títulos e concessão de empréstimos, proporcionou aos bancos uma receita de R\$19 bilhões; já no período corresponde do ano anterior, quando a Selic esteve num patamar mais baixo e em trajetória de queda, passando de 16,50% a 16,25%, a receita dos bancos com intermediação financeira foi significativamente inferior - R\$17 bilhões¹⁶.

Podemos falar em hegemonia do grande capital financeiro no modelo capitalista neoliberal porque, além da correspondência objetiva apontada acima, verifica-se, também, a identificação política e ideológica das entidades nacionais e internacionais do capital financeiro com os sucessivos governos neoliberais no Brasil. A política desses governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva, vem sendo orientada e plenamente aprovada pelo FMI, Banco Mundial, Febraban e outras. Indicador significativo dessa situação é a simbiose que se verifica entre o pessoal dirigente dos sucessivos governos do período, principalmente o pessoal do Ministério da Fazenda e o do Banco Central, e o pessoal dirigente do setor financeiro nacional e internacional. Iniciar a carreira como diretor do Banco Central e prossegui-la como executivo de banco privado ou fazer o caminho inverso é, há anos, um fato corriqueiro no cenário político brasileiro.

¹⁴ “Lucros dos bancos sobem mais de 1.000%”, *Folha de S.Paulo*, 21 de junho de 2004, p. B3.

¹⁵ “Fundos rendem 4 vezes mais que produção”, *Folha de S.Paulo*, 11 de junho de 2004, *Caderno Dinheiro*, p. B1, B3 e B4.

¹⁶ “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre”, *Folha de S.Paulo*, 04 de junho de 2005, p. B 9.

A ascensão da grande burguesia industrial e agrária

Porém, a hegemonia política do grande capital financeiro nacional e internacional não se exerce sem resistência e nas mesmas condições ao longo de todo o período neoliberal. Como dissemos, a novidade do governo Lula neste terreno é que ele promoveu uma operação política complexa, que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária voltada para o comércio de exportação – no que respeita ao médio capital, não houve alteração no interior do bloco no poder sob o governo Lula. O governo promoveu a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças. Os negócios da grande burguesia interna prosperam sob o governo Lula e ela encontrou uma posição mais confortável na economia nacional. Por que ocorreu tal mudança?

Durante o seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso ampliou a abertura comercial, promovendo mais uma rodada de suspensão de barreiras alfandegárias e não alfandegárias às importações, ampliou a desregulamentação do ingresso e saída de capitais, manteve o câmbio valorizado, aumentou a taxa de juros e a dívida pública. Acumulou déficits crescentes na balança comercial e fez um ajuste fiscal duro – embora esse ajuste possa parecer, nos dias de hoje, um ajuste brando, tendo em vista o nível elevadíssimo de superávit primário imposto pelo governo Lula ao país. Segundo os dados do Banco Central do Brasil, FHC obteve, em porcentagem do PIB nacional, 0,27%, 0,08% e 0,01% de superávit primário, respectivamente, em 1995, 1996 e 1998; no ano de 1997, ocorreu um pequeno déficit primário de 0,95% do PIB. Dois aspectos dessa política foram particularmente criticados pela grande burguesia industrial interna: a abertura comercial – que o grande capital industrial, num discurso defensivo, reconhecia como necessária mas reclamava do seu ritmo acelerado – e o nível da taxa de juros, objeto de reclamação permanente dos industriais. Não estamos dizendo que a grande burguesia industrial interna se levantou contra a hegemonia do capital financeiro. Já indicamos que a grande burguesia industrial usufruiu os demais aspectos do modelo neoliberal. Os grandes bancos são também seus aliados. Mas ela resistiu à política de juros e à política de abertura, procurando negociar os termos do predomínio das finanças. Durante o primeiro governo FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), secundada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vocalizou a insatisfação desse setor.

Os grandes industriais contaram, nesse seu protesto, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da corrente majoritária do Partido dos Trabalhadores, principalmente de sua seção paulista. A CUT, dirigida por uma nova aristocracia do trabalho representada por trabalhadores da indústria automotiva, do setor petrolífero e dos bancos, aspirava, apesar dos protestos da minoria de esquerda da central, à ressurreição do velho desenvolvimentismo, que seria obtido com a redução da taxa de juros e outras medidas de incentivo ao investimento. A

proposta de câmaras setoriais apresentada pela CUT no início da década de 1990 era concebida como o espaço privilegiado dessa aliança, onde empresários e trabalhadores de cada setor discutiriam, juntamente com o governo, aqueles que seriam os pontos de estrangulamento da produção e do emprego – financiamento, impostos, política de contratação etc. Essas câmaras eram pensadas, basicamente, para o setor industrial e a única que vingou foi a Câmara do Setor Automotivo, posteriormente fechada pelo governo FHC. Além das câmaras setoriais, em inúmeras ocasiões a FIESP e a CUT trabalharam conjuntamente na elaboração de propostas e de projetos de política econômica – como na proposta de reforma tributária, elaborada pela FIESP e pela CUT com a participação da Fipe-USP, proposta que visava “desonerar o capital produtivo”.

Houve um momento alto dessa aliança quando, em junho de 1996, a diretoria da FIESP declarou publicamente, inclusive através de texto assinado pelo seu presidente e publicado na grande imprensa, apoio a uma greve nacional de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical. A FIESP, durante os meses de maio e junho daquele ano, estava organizando, com a colaboração da CNI, uma manifestação em Brasília de industriais de todo o país contra “o ritmo acelerado” da abertura comercial, contra “ritmo lento” das privatizações, e contra a política de juros. O governo FHC sentiu a pressão e, sem alterar a sua política geral, efetuou um recuo: apoiou-se nas normas da OMC – salvaguarda, direitos compensatórios e proibição ao *dumping* – para criar barreiras à importação de tecidos da China, Coréia do Sul e Formosa e à importação de brinquedos¹⁷. Na campanha eleitoral de 2002, o PT, e o candidato Luís Inácio Lula da Silva esforçaram-se para atrair o apoio da FIESP, proferindo um discurso segundo o qual fariam o governo da produção contra a especulação. Pareciam reeditar as tradicionais ilusões da esquerda brasileira no suposto papel político da “burguesia nacional”¹⁸.

¹⁷ Os números da revista da FIESP publicados entre abril e julho de 1996 dão ampla cobertura a esses acontecimentos e realçam a ação e os objetivos dos industriais – no mês de junho, a publicação da FIESP trocou o título sóbrio *Notícias* pelo afirmativo *Revista da Indústria*.

¹⁸ Escrevendo no final do ano de 2002, logo após a eleição presidencial, dissemos: “(...) Luís Inácio Lula da Silva e o PT exploraram amplamente essa insatisfação do grande capital industrial durante a campanha eleitoral. A pregação do PT contra a “especulação” e a favor da “produção”, contra as altas taxas de juro, por reforma tributária que desonerasse a produção e seu discurso pelo crescimento econômico (...) todos esses pontos visavam introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando à grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula – (ou seja) uma estratégia semelhante àquela do Partido Comunista Brasileiro em meados do século passado.” Armando Boito, “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, revista *Idéias – Dossiê Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*. Editora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, ano 9, n. 1, 2002, p. 23.

Além dessa pressão política, é preciso considerar um fator econômico. Os déficits crescentes na balança comercial do país, se atendiam aos interesses do capital internacional, poderiam, a médio e longo prazos, gerar problemas para o próprio capital financeiro nacional e internacional. O desequilíbrio das contas externas, provocado pelo pagamento da dívida, pela crescente remessa de lucros oriunda do avanço da internacionalização da economia e pela própria abertura comercial poderia comprometer a capacidade de pagamento do Estado brasileiro e, no limite, se se chegasse a um nível muito baixo de reservas internacionais, poderia, inclusive, inviabilizar, por escassez de reservas, a liberdade básica do capital financeiro internacional de entrar e sair livremente do país. A economia brasileira aproximou-se dessa situação crítica com a crise cambial de 1999 no momento de transição do primeiro para o segundo mandato de FHC. O fantasma daquilo que os desenvolvimentistas da Cepal denominavam “estrangulamento externo” rondava as contas brasileiras com o exterior. A situação exigia alguma correção de rumo. Fernando Henrique Cardoso percebeu isso. Demitiu Gustavo Franco, o ideólogo da valorização cambial, da Presidência do Banco Central, desvalorizou o real, abandonou a política de déficit na balança comercial e adotou uma política de balança comercial superavitária. O saldo positivo na balança comercial e um acordo de emergência obtido com o FMI passaram a ser os trunfos de que dispunha o segundo governo FHC (1999-2002) para restaurar a confiança do capital financeiro internacional na economia brasileira. Esse foi o embrião da política de exportação que seria implementada em seguida pelo governo Lula.

Diversos são, portanto, os fatores responsáveis pela nova política de comércio internacional e pela correspondente ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária. Dado o economicismo fatalista que domina as análises da política econômica brasileira, é importante destacar os fatores políticos que induziram essa mudança – a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990, a pressão convergente dos sindicatos e a própria vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. Contaram também fatores econômicos nacionais e internacionais – a ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999, o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais, a melhora nas cotações desses produtos, o declínio, na década de 2000, do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes, e, finalmente, a grande desvalorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante da iminente vitória de Lula em 2002. Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção da correção iniciada no segundo governo FHC. Iniciou a sua política agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade

tecnológica, e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política.

Tratou-se de uma vitória, porém parcial, da grande burguesia interna industrial e agrária. Essa fração burguesa permaneceu como força secundária no bloco no poder, uma vez que o Estado continuou priorizando os interesses do capital financeiro, mas o governo Lula ofereceu a ela uma posição bem mais confortável na economia nacional. O resultado disso pode ser visto no comportamento da FIESP. Essa entidade, que foi crítica dos aspectos mais financistas da política econômica e da abertura comercial dos anos 90, é presidida hoje por um homem de confiança do Palácio do Planalto, que se elegeu para a FIESP com o apoio do governo federal. A parte da burguesia industrial interna que permanece insatisfeita e recalcitrante refugiou-se no CIESP, que hoje encontra-se em conflito com a FIESP – divisão inédita na história da burguesia industrial paulista. Outra instituição que permaneceu vinculada aos industriais que não integram a grande burguesia interna voltada para a exportação é o Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (IEDI), cuja imprensa não tem poupado críticas de inspiração desenvolvimentista ao governo Lula¹⁹.

Dissemos que o agronegócio, os recursos naturais e os produtos industriais de baixa densidade tecnológica são os trunfos de que dispõe o capitalismo brasileiro para sua corrida aos dólares. Vejamos alguns dados. A participação total da indústria brasileira na pauta de exportações só apresentou um grande salto na década de 1970, como resultado da política de industrialização da ditadura militar. De fato, se em 1964, os produtos manufaturados respondiam por apenas 6,2% do total das exportações brasileiras, apenas vinte anos depois, no ocaso da ditadura

¹⁹ Em junho de 2004, quando o crescimento econômico do primeiro semestre daquele ano já era comemorado pelo governo e pela grande imprensa, o empresário industrial Ivoncy Ioschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), fez declarações muito críticas em entrevista à imprensa: “Nós, do IEDI, sempre dissemos que seria preciso colocar duas variáveis no lugar certo: o câmbio e os juros. Como o dólar perto de R\$3,10, o câmbio está indo na direção correta. Os juros, porém, continuam totalmente fora do lugar. (...) Eu, sinceramente, achava que [Lula] conseguiria implementar uma política de centro-esquerda e que isso faria bem ao país. Infelizmente, a ação do Lula tem sido de direita. É o governo mais conservador desde a redemocratização. (...) Como o mercado financeiro aplaudiu, o governo ficou refém do conservadorismo.” Revista *Isto É*, edição de 30 de junho de 2004. Já no que respeita à FIESP, os setores industriais voltados para exportação aumentaram a influência no interior da entidade ao longo da década de 1990, o que torna compreensível a posição atual da entidade face ao governo. Sobre a FIESP, ver Álvaro Bianchi, *O ministério dos industriais – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2004.

militar, essa participação tinha saltado para 56% do total das exportações! Em duas décadas de política econômica industrialista da ditadura, a economia brasileira se afirmou como uma grande economia capitalista periférica industrializada. Desde então, a participação dos manufaturados na pauta de exportações estagnou e apresentou, mais recentemente, uma pequena queda: 54,2% em 1989, 57,3% em 1994 e 54,7% em 2002²⁰. Acreditamos que se mantém a tese dos críticos da política econômica dos anos 90, segundo a qual o neoliberalismo provocou um processo de desindustrialização nas economias da América Latina, significando isso que diminuiu o peso do produto industrial no PIB e que o próprio perfil da indústria mudou, com declínio dos setores mais sofisticados e ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais – minérios, papel e celulose, produtos alimentícios etc.²¹ O resultado dessa especialização regressiva é que muitos setores industriais tiveram a sua cadeia produtiva desorganizada pela abertura comercial e hoje são deficitários nas trocas com o exterior. O grande herói nas relações comerciais do Brasil com o resto do mundo é o agronegócio. Com efeito, o saldo positivo do agronegócio brasileiro com o exterior atingiu em 2003 a cifra de US\$25,8 bilhões, US\$1 bilhão a mais que o festejado saldo global da balança comercial brasileira no mesmo ano, que foi de US\$24,8 bilhões²². Dito de outro modo, sem o agronegócio, a balança comercial brasileira teria apresentado um déficit de US\$1 bilhão em 2003. Em 2004, as exportações do agronegócio totalizaram US\$39 bilhões, representando um aumento de 27% em relação a 2003 e tornando o setor responsável por 40% de todas as vendas do país no exterior – destacam-se o complexo da soja que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas²³.

Quanto ao tamanho das empresas exportadoras, predomina amplamente o grande capital. Segundo os dados da Associação Brasileira de Comércio Exterior o Brasil tinha, em fevereiro de 2005, 19 mil empresas exportadoras. Desse total, ape-

²⁰ Utilizo os dados compilados pelo geógrafo Ariovaldo de Oliveira no texto “Os mitos sobre o agronegócio no Brasil”. Trabalho apresentado ao XII Encontro Nacional do MST, São Miguel do Iguçu, Paraná, janeiro de 2004.

²¹ Fazendo o balanço do período 1992-2000, Ricardo Carneiro afirma: “O que se pode concluir do conjunto dos dados é que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, com exportações concentradas em setores de menor conteúdo tecnológico, ocorrendo o inverso com as importações.” Ricardo Carneiro, *Desenvolvimento em crise – a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

²² Ariovaldo de Oliveira, op. cit.

²³ “Exportação do agronegócio chega à marca dos US\$ 39 bi”. *Folha de S.Paulo*, 07 de janeiro de 2005, p. B 3.

nas 800 empresas eram responsáveis por 85% do total das exportações do país. Quanto à origem do capital, das 40 maiores empresas exportadoras brasileiras, responsáveis por 41% do total das exportações, 22 delas são empresas estrangeiras²⁴. O governo diz estimular a participação da pequena e média empresa nacional nesse novo negócio da China, mas, segundo os dados do Sebrae, no ramo industrial, as milhares de micro e pequenas empresas exportadoras respondem por apenas 2% das exportações do setor²⁵. A política de “caça aos dólares” representa, portanto, uma política que atende aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro vinculado à agroindústria, à extração mineral e aos produtos industriais de baixa densidade tecnológica. Novamente, o médio capital ocupa uma posição subordinada.

Vejamos alguns dados significativos.

Os vinte maiores lucros do primeiro trimestre de 2005 segundo balanços divulgados até 13 de maio

EMPRESA	SETOR	VARIAÇÃO (sobre 1º trimestre de 04)	LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)
Vale do Rio Doce	Siderurgia / met.	69 %	1.615
Bradesco	Financeiro	98 %	1.205
Banco Itaú	Financeiro	30 %	1.141
Usiminas	Siderurgia / met.	180 %	1.001
CSN	Siderurgia / met.	115 %	717
Gerdau	Siderurgia / met.	81 %	695
Itausa	Financeiro	42 %	679
Cia. Sid. Tubarão	Siderurgia / met.	207 %	537
Telesp	Telecomunicações	17 %	490
Unibanco	Financeiro	45 %	401
Banespa	Financeiro	1 %	331
Gerdau Met.	Siderurgia / met.	87 %	312
Telemar	Telecomunicações	21 %	282
Aracruz	Papel e celulose	---	201
Copesul	Química	---	197
Acesita	Siderurgia / met.	---	177
Tractebel	Energia elétrica	---	172
CPFL Energia	Energia elétrica	---	166
Votorantim	Papel e celulose	---	145
Ambev	Alimentos/bebidas	---	144

Fonte: Caderno *Dinheiro* da *Folha de S. Paulo*, edições de 11, 12 e 13 de maio de 2005.

O quadro acima é um mero instantâneo trimestral do lucro das grandes empresas, mas permite algumas observações. Ele mostra, em primeiro lugar, que o governo Lula, ao mesmo tempo que arrocha os salários negando-lhes uma legislação de reposição automática das perdas, que mantém o salário mínimo num nível

²⁴ “Múltis usam país como base exportadora”, *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2004, p. B 1.

²⁵ *Folha de S. Paulo*, “Real valorizado já reduz base exportadora”, 27 de maio de 2005, p. B 1.

irrisório e reduz as pensões e direitos previdenciários, é um governo muito generoso com as grandes empresas. Em segundo lugar, é significativa a presença majoritária das grandes empresas industriais do setor exportador – siderúrgicas e papel e celulose – e das grandes empresas do setor financeiro entre as empresas mais lucrativas no atual governo. Das 20 empresas listadas, 14 pertencem a esses dois setores. Observe-se, ainda, que os lucros das empresas siderúrgicas foram os que mais cresceram ao longo dos 12 meses contemplados pelo quadro, indicador da importância da política de exportação do governo para esse setor da burguesia. A outra presença marcante são as grandes empresas privatizadas do setor de serviços – energia elétrica e telecomunicações.

Unidade e luta no interior do bloco no poder

Por que então, apesar do estímulo governamental ao setor exportador e da alta lucratividade que esse setor está apresentando, entendemos que o grande capital financeiro nacional e internacional permanece hegemônico no interior do bloco no poder sob o governo Lula? Porque esse governo estimula a produção dentro dos limites estabelecidos pelos interesses do grande capital financeiro. Vejamos.

Em primeiro lugar, ele estimula a produção voltada para a exportação. Do ponto de vista das finanças, não teria sentido estimular a produção voltada para o mercado interno. O grande capital financeiro necessita reduzir o desequilíbrio das contas externas, sem o que a sua livre circulação e elevada remuneração poderão ficar comprometidas. O objetivo do estímulo à produção deve ser, então, a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes – não é no consumo popular interno que essas moedas poderão ser obtidas. Por isso, estimula-se especificamente a produção para exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo na política de estímulo à exportação, tudo deve ser feito de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Corrida aos dólares, sim; mas desde que os dólares obtidos sejam direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Assim sendo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevadíssimos mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações. De fato, no Brasil de hoje, faltam estradas, silos, portos, funcionários para a vigilância sanitária e muitos outros itens de infra-estrutura e de recursos humanos para que o capitalismo brasileiro cresça como plataforma de exportação. Porém, do ponto de vista do capital financeiro, não teria sentido desviar para a infra-estrutura o dinheiro que deve ser encaminhado para remunerar os bancos. Os pontos de estrangulamento poderão, quem sabe, serem superados pelas Parcerias Público-Privadas, as PPPs, concebidas pelo governo Lula justamente para contornar os problemas de infra-estrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. O mesmo raciocínio aplica-se à política de juros básicos elevados, que fortalece o

perfil usurário do capital financeiro, desvia-o do financiamento da produção e encarece os investimentos, limitando o crescimento da exportação. Pelo que podemos ver então, o superávit primário “cavalar” e a alta taxa de juros não são, no governo Lula, um desvio financista incrustado numa política globalmente desenvolvimentista. São, na verdade, a própria razão de ser desse novo e modesto desenvolvimento voltado para exportação.

O aumento das exportações foi acompanhado pelo aumento do superávit primário. Esse saltou de uma média de 1% do PIB no primeiro mandato de FHC para 3,5% no segundo mandato e, agora sob o governo Lula, está na casa de 4,5%. Considerando a agravante de que a taxa básica de juros também entrou em trajetória de alta, entendemos o sentido da afirmação segundo a qual a “caça aos dólares” está subordinada aos interesses das finanças. Em resumo, da perspectiva da fração hegemônica no bloco no poder, a produção deve ser estimulada na direção (comércio exterior) e na medida em que interesse aos banqueiros. Essa limitação anuncia que a dinâmica do crescimento econômico deve se manter moderada e instável. Tal fato tem gerado alguns atritos no seio do governo, ou seja, a aliança entre o grande capital financeiro e a grande burguesia interna industrial e agrária não exclui disputa por espaço na definição da política econômica. Os ministérios do Desenvolvimento e da Agricultura, que estão mais próximos dos interesses da grande burguesia interna industrial e agrária, têm manifestado insatisfação com aspectos da política do Ministério da Fazenda, que representa diretamente os interesses financeiros e que é o lugar do poder governamental real²⁶. Alguns episódios do final de 2004 e início de 2005 refletem essa disputa e se misturam com outras tantas disputas que existem no interior do bloco no poder – a insatisfação do médio capital e da antiga e declinante burguesia nacional de Estado. A luta do economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, contra a direção do Banco Central refletiu a luta entre as frações burguesas, com o BNDES agindo como representante da grande burguesia industrial interna e da declinante burguesia nacional de Estado e o Banco Central, por sua vez, como representante do grande capital financeiro. O Ministro Furlan afastou-se de Lessa devido ao “estatismo” desse último deixando-o sem defesa diante do Presidente do BC Henrique Meirelles.

²⁶ Glauco dos Santos resume bem a proeminência do Ministério da Fazenda no seio do Executivo e do próprio Estado: “(...) dele emana não só a regulação do nível de atividade econômica, através do controle de seus preços básicos (taxas de juros e câmbio), mas também a capacidade de direcionar o excedente gerado. (...) mas não menos importante, o Ministério da Fazenda centraliza a determinação mesma das condições de operação do conjunto, e de cada parte, do restante da máquina pública (através do controle da execução orçamentária e das fontes de financiamento).” Glauco dos Santos, “Estudo das negociações para a formação da ALCA”, mimeo. Campinas, Unicamp, 2005.

Com a demissão de Carlos Lessa, o Presidente Lula reafirmou publicamente a hegemonia das grandes finanças no seu governo²⁷. Da perspectiva da nossa análise, o conflito entre ministérios, autarquias, entre Executivo todo-poderoso (onde o grande capital financeiro é soberano) e o rebaixado Legislativo (onde a representação política é mais heterogênea), todos esses conflitos devem, ponderados demais fatores intervinientes, ser remetidos aos conflitos de frações burguesas no interior do bloco no poder.

A política externa do governo Lula também expressa a nova situação do bloco no poder. Ou seja, ela não está desconectada da política interna, como sugerem aqueles que a consideram a “parte sã” desse governo. O presidente Lula diz estar lutando por uma nova “geografia comercial” e é aqui que reside o segredo da vinculação da sua política externa com a sua política econômica. A política externa é, ao mesmo tempo, dependente (frente ao imperialismo) e conquistadora (frente às pequenas e médias economias da periferia). De um lado, atendem-se às exigências do imperialismo, como o envio de tropas ao Haiti, e se reafirma a posição subalterna do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho, mas, de outro lado, o governo quer ocupar de fato o lugar que cabe ao capitalismo brasileiro nos mercados agrícola, de recursos naturais e produtos industriais de baixa tecnologia, mesmo que para tanto o capitalismo brasileiro deva expandir-se às custas das demais burguesias latino-americanas e mesmo que gere tensões comerciais localizadas com alguns países dominantes. A luta contra o protecionismo agrícola da Europa e dos Estados Unidos e a deterioração das relações com a Argentina ilustram o que estamos afirmando.

A frouxa aliança de Estados da periferia, consagrada no denominado G-20, para cuja organização tanto contribuiu o governo brasileiro na reunião de Cancun da OMC em outubro de 2003, visa exatamente suspender o protecionismo agrícola dos países dominantes. O discurso que o governo Lula aciona para legitimar a reivindicação do G-20 é um discurso neoliberal que pleiteia a “verdadeira abertura” dos mercados e concentra a luta no comércio de produtos agrícolas. Não se trata de denunciar os países dominantes por eles seguirem a máxima hipócrita do “façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”. Tal denúncia teria um con-

²⁷ Neste momento – junho de 2005 - os exportadores estão pressionando o governo para que ele adote medidas para reverter o processo de valorização do real. O dólar caiu muito ao longo dos últimos doze meses, o que diminui, como se sabe, a renda dos exportadores. A desvalorização do real na conjuntura de transição do governo FHC para o governo Lula foi fruto das circunstâncias políticas e econômicas e essas circunstâncias ajudaram muito as exportações. Hoje, o governo não parece disposto a ceder à pressão dos exportadores. Parece preocupado com a inflação interna, com o encarecimento das divisas que prejudicaria a saída de capitais do país e com a dívida pública.

teúdo progressista. O que o governo Lula faz é cobrar que o neoliberalismo valha de fato para todos e abdica, ao mesmo tempo, de lutar por normas que regulem o comércio internacional visando favorecer os países dependentes. Já a face hegemônica dessa política está abalando o já combalido Mercosul. A grande burguesia interna brasileira, como aliada subalterna do grande capital financeiro, e representada nesse caso pela ação do Ministério do Desenvolvimento, aspira ter acesso a porções crescentes do mercado latino-americano e essa aspiração está abalando a aliança com o capitalismo argentino no Mercosul.

Podemos conceber agora, depois de discutir a nova etapa do neoliberalismo brasileiro, um quadro complexo na distribuição de poder no interior da burguesia. Frente à política econômica atual, se considerarmos o porte da empresa e o tipo de capital, teríamos duas camadas distintas, uma superior e outra inferior, cada uma delas comportando gradações. Duas posições extremas e opostas no interior dessa burguesia podem ser claramente identificadas. No topo da camada superior está o grande capital financeiro que reúne em si os dois atributos privilegiados pela política de Estado – ser uma grande empresa e pertencer ao setor financeiro. Na base da camada inferior está o médio capital industrial voltado para o mercado interno, que reúne em si os três atributos preteridos pela política de Estado – ser uma empresa média ou pequena, pertencer ao setor produtivo e não fornecer as divisas de que o modelo econômico necessita. Prosseguindo, teríamos como posições intermediárias a base da camada superior, ocupada pelo grande capital industrial e agrário voltado para exportação, e o topo da camada inferior, ocupado pelas médias empresas exportadoras e pelo médio capital bancário.

O bloco no poder e o campo popular

Poderíamos nos perguntar se não seria do interesse dos trabalhadores apoiar uma política que, pelo menos, oferece uma posição mais favorável para a produção, reduzindo um pouco o poder do capital financeiro. Dito de outro modo, interessaria aos trabalhadores efetuarem uma aliança com a grande burguesia interna? Nós consideramos que não.

Como vimos, a política de oferecer um certo alento à produção, como está delimitada pelas necessidades do capital financeiro, é uma política centrada na exportação. Ora, isso significa, de um lado, que tal política revigora um traço marcante e secular da dependência econômica do país e, de outro lado, que ela condena o trabalhador brasileiro a permanecer nas péssimas condições de vida em que já se encontra. A produção voltada para o mercado interno potencial de bens de consumo popular, que é a que poderia melhorar o padrão de vida da população pobre, permanece preterida pelo governo. Esse mercado é atendido em grande parte pelas pequenas e médias empresas industriais e agrícolas, mas essas, como já

dissemos, permanecem preteridas pela política governamental. Outro aspecto fundamental nessa discussão é que o sucesso das exportações brasileiras depende da manutenção do arrocho salarial, pois esse é um dos principais trunfos competitivos dos produtos brasileiros no exterior.

É difícil para um capitalismo dependente centrado nos interesses das grandes empresas trilhar um caminho alternativo. Contar com a tecnologia do agronegócio e da indústria no Brasil não é sensato, já que essa tecnologia é sofrível e a infra-estrutura de transporte e de escoamento é péssima (devido à necessidade do superávit primário para remunerar o capital financeiro); aliviar ainda mais o imposto que incide sobre as empresas exportadoras, como aliás tem solicitado a Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex)²⁸ é um caminho difícil pois também se choca com a política de superávit primário; desvalorizar de modo desmedido o real para aumentar a renda dos exportadores ameaçaria o clima de segurança que o capital estrangeiro exige para entrar e sair sem sustos do país – e a situação é mesmo complicada porque os próprios saldos favoráveis da balança comercial fazem o câmbio subir. A superexploração do trabalhador brasileiro permanece como trunfo importante dos exportadores. O governo Lula mantém o arrocho draconiano sobre o salário mínimo não apenas para, como ele quer fazer crer, conter o “gasto” da previdência. O arrocho do salário mínimo é fundamental para reduzir os custos dos produtos exportados, aumentando a competitividade das exportações brasileiras. Os trabalhadores assalariados não têm o que ganhar numa eventual aliança com a grande burguesia voltada para a exportação. Não se trata de conjecturas. Já falamos do crescimento casado do saldo positivo da balança comercial e do superávit primário como prova da finalidade financista da política de exportação. Agora, é preciso pensar num tripé. Enquanto cresceram aqueles dois saldos, o salário do trabalhador brasileiro diminuiu. Segundo pesquisa recente, as vagas no setor industrial com remuneração acima de dois salários mínimos, que cresciam a uma taxa anual de 6,3% na década de 1980, passaram a cair 3,9% ao ano entre 2000 e 2003 e, inversamente, o ritmo de crescimento do emprego industrial de até dois salários mínimos passou de 1% na década de 1980 para 20,3% no período entre 2000 e 2003²⁹.

²⁸ Ver editorial “Fórmula mágica”, do sítio da Abracex, assinado pelo presidente da entidade em 29 de novembro de 2004. A magia consistiria em manter a arrecadação em real do setor exportador apesar da queda do dólar. Consulta ao sítio www.abracex.com.br em 27 de maio de 2005.

²⁹ Márcio Pochmann, “Emprego industrial: o que há de novo no Brasil” – texto inédito cujos dados foram apresentados na *Folha de S.Paulo*, 14 de maio de 2005, p. B 1.

Até agora falamos dos trabalhadores assalariados. Considerando o movimento camponês, seria mais temerário ainda imaginar que esse setor das classes trabalhadoras pudesse ter algum interesse em se aliar à grande burguesia interna, da qual é preciso lembrar que faz parte o agronegócio. Vimos que o governo FHC-2 e o governo Lula dependeram diretamente do agronegócio que é o setor realmente superavitário nas trocas com o exterior. O Ministro da Agricultura do governo Lula está atento, zelando para que nada perturbe a evolução do agronegócio. A entrega da floresta amazônica a madeireiras internacionais parece ser o novo lance do governo para aumentar as exportações – o projeto de lei para a criação das chamadas Flonas indica isso. A queda no ritmo de assentamentos rurais verificada na passagem do governo FHC para o governo Lula dá bem uma mostra do preço que o governo atual deve pagar pela sua corrida às exportações.

As mudanças secundárias promovidas na política social tampouco trarão melhoria para os trabalhadores. O social-liberalismo, que exigiria um grande aumento na assistência social e algumas medidas favoráveis aos trabalhadores organizados, foi esboçado como vontade e projeto no início do governo, mas, até hoje, não passou disso. É um projeto comprimido pelo ajuste fiscal e a política de superávit primário. O que o governo Lula tem conseguido é dar mais visibilidade que FHC às políticas compensatórias, apresentá-las de modo mais eficiente como obra pessoal do presidente da República e praticar um discurso mais sutil e insidioso contra os direitos trabalhistas e sociais. Porém, de substantivo, pouco mudou. Tal qual FHC, Lula despreza o emprego, o salário, a moradia, a educação e a saúde, que deveriam ser as áreas prioritárias de uma política social progressista, para se concentrar no paliativo da assistência social insuficiente e incerta. Pesquisa recente demonstrou que o governo Lula reduziu, nos seus dois anos de mandato, em 1,31% a verba destinada às áreas sociais, comparativamente ao último biênio do mandato de FHC. Pelos dados obtidos pela pesquisa, também é possível observar que o perfil desse gasto sob o governo Lula alterou-se um pouco. As despesas nas áreas dos direitos e serviços sociais básicos (saúde, moradia, saneamento e educação) sofreram redução significativa, enquanto aquelas com assistência social cresceram um pouco, isto é, cresceram as despesas destinadas aos trabalhadores desorganizados e que podem mais facilmente aparecer como dádiva pessoal do presidente³⁰.

³⁰ Ver Márcio Pochmann, “Gasto social e distribuição de renda no Brasil”, *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, 22 de maio de 2005, p. 2. Veja-se o mais recente exemplo de populismo conservador. O governo Lula criou uma bolsa para jovens que atendam aos seguintes requisitos: a) habitem grandes capitais, b) tenham entre 18 e 24 anos, c) estejam desempregados e d) tenham completado o ciclo de ensino fundamental. Pois bem, se preencherem essa série de quatro atributos decididos pelos tecnocratas das

Conclusão

Não é exato afirmar, genericamente, que o governo Lula é uma continuidade pura e simples do governo FHC. O que ocorre é que o governo Lula amplia e dá nova dimensão ao que foi iniciado no segundo mandato de FHC. Os socialistas, os dirigentes do movimento operário e popular e os intelectuais críticos precisam reconhecer essa novidade e refletir sobre ela.

O médio capital permaneceu, sob o governo Lula, ocupando uma posição subordinada no interior do bloco no poder, posição que ocupa durante todo o período neoliberal e que já ocupava, numa situação distinta, sob a ditadura militar. Não podemos descartar a hipótese de um eventual governo popular lograr atrair ou pelo menos neutralizar essa fração burguesa implementando uma política de aumento do consumo popular e desenvolvimento do mercado interno. Mas o governo Lula está comprometido inteiramente com o grande capital e quem ascendeu politicamente sob esse governo foi a grande burguesia interna industrial e agrária. Cabe observar então, em primeiro lugar, que os interesses e objetivos que essa fração burguesa tem vocalizado na cena política não apontam para nenhum modelo econômico no qual os interesses dos trabalhadores possam encontrar um espaço importante. Estamos vendo que é possível desenvolvimento capitalista dentro desse modelo, mas esse desenvolvimento possui uma dinâmica moderada e instável e já mostrou que mantém o perfil excludente do capitalismo brasileiro. Trata-se de um liberal-desenvolvimentismo que custa crer tenha atraído parte da esquerda brasileira. No entanto, PSB, PCdoB, deputados progressistas do PT e muitos economistas progressistas acreditam que a economia e a sociedade brasileira mudarão muito se o Banco Central retirar um dígito da taxa básica de juro.

Em segundo lugar, a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária não deslocou a hegemonia do grande capital financeiro. Na verdade, nenhuma fração burguesa tem se colocado o objetivo de substituir o grande capital financeiro no posto hegemônico que este ocupa no bloco no poder, isto é, nenhuma fração burguesa tem lutado para substituir o modelo capitalista neoliberal por outro modelo de desenvolvimento³¹. A grande burguesia interna, agora mais do que nunca,

políticas compensatórias poderão usufruir da bolsa? Não! Poderão, simplesmente, entrar num sorteio para concorrer a uma dessas bolsas de R\$100,00 a ser paga ao longo de doze meses e desde que tal beneficiário faça um curso de qualificação profissional. Trata-se de uma espécie de loteria do escárnio e que só pode se explicar pelo interesse eleitoral rasteiro do governo, que foi derrotado nas eleições municipais justamente em algumas das principais capitais brasileiras.

³¹ Discordamos de análises como as de Theotonio dos Santos que ainda depositam esperanças na ação da burguesia brasileira. Para ele, a burguesia interna teria iniciado uma escalada hegemônica e antiimperialista. “Es evidente la contradicción que se arma cada día

tem interesses na reprodução do modelo e os custos de uma luta pela hegemonia seriam grandes. Exigiria travar uma luta intensa nos planos nacional e internacional que estão articulados de modo consistente com a hegemonia do grande capital financeiro. Seria preciso, dentre outras medidas, suspender o pagamento da dívida, proteger o mercado interno, controlar a saída de capitais, derrubar a taxa de juro e romper acordos internacionais. Essas medidas suscitariam reações e poderiam exigir, em vista disso, novas medidas complementares, que poderiam suscitar reação ainda maior. Tudo isso exigiria realizar alianças para baixo e fazer concessões às classes populares. Seriam perdas e riscos muito grandes, tão mais difíceis de serem assumidos tendo em vista que o modelo capitalista neoliberal, além de oferecer, agora, uma posição mais confortável para a burguesia interna, logrou domesticar politicamente o PT, a CUT e grande parte das organizações de esquerda, aumentando o seu prestígio político junto à burguesia brasileira.

Pós-escrito
(21/07/05)

Quando escrevemos este artigo o debate no seio da esquerda estava centrado na questão do crescimento econômico e do continuísmo do governo Lula em relação ao governo FHC. Lula simplesmente repetiria FHC? O crescimento obtido em 2004 significaria uma superação da hegemonia das finanças? Tal crescimento poderia ser visto como uma vitória dos trabalhadores? Foram essas questões que tratei no meu artigo.

Passado pouco mais que um mês, outras questões ocupam a boca da cena: o esquema de corrupção montado pelo PT e pelo governo Lula e a questão de saber o quê o movimento popular deve fazer em tal situação. É claro que não cabe examinar temas de tal importância num simples pós-escrito. Gostaria apenas de indicar um ponto em que a análise feita neste artigo pode dizer algo sobre a crise e o debate atual.

Nossa análise mostrou que a unidade burguesa em torno do neoliberalismo foi reforçada pela política do governo Lula. Pois bem, essa tese é fundamental para entender porque todos os partidos burgueses e a grande imprensa esforçam-se ao máximo para preservar o Presidente Lula das denúncias de corrupção. Desviam, contra toda lógica e evidências, toda a responsabilidade pelo esquema de corrup-

entre estas iniciativas internacionales (do governo Lula) y la mediocridad de una política económica al servicio del pago de los más altos intereses del mundo a los especuladores nacionales e internacionales. Los industriales brasileños empiezan a despertar frente a estas posibilidades.” Theotonio dos Santos, “Brasil: Global player”. *In* Servicio Informativo ALAI-AMLATINA, Rio de Janeiro, 24/05/2005.

ção para o Congresso Nacional e para o Partido dos Trabalhadores. Dizem que é preciso impedir que a crise política contamine a economia. O que é que estão realmente dizendo? Que é preciso salvar a política econômica e o governo que garante essa política. O mais provável é que tais partidos mantenham essa orientação até o fim, mas, caso a abandonem, é inegável que esta é a posição que têm mantido, contra ventos e marés, desde o início da crise. Se fizéssemos uma comparação com a crise do Governo Collor, veríamos que denúncias muito menos graves que as atuais levaram os grandes partidos burgueses, a grande imprensa e até a FIESP a pedir a cabeça do presidente. Em 1992, o neoliberalismo não gozava de uma ampla base burguesa como ele goza hoje.